

O FUTURO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA: QUE CONCEÇÕES?¹

Bernardino Valente Calossa
Queneth José Píres António

Resumo: Este estudo é um contributo para a discussão sobre o futuro da língua portuguesa e a constituição de uma norma em Angola. Através de um questionário aplicado a 335 participantes, entre professores e estudantes do ensino superior, foi possível verificar a perceção destes informantes sobre o assunto; os resultados evidenciam diversas atitudes e sentimentos em relação à variedade não padronizada do português falado em Angola, sendo que uma parte significativa destes participantes a considera errada e, por isso, deva ser abandonada, em detrimento do padrão europeu, e outra considera que, apesar de não corresponder ao ideal, é nela que se devem basear os angolanos para a constituição da sua norma. Conclui-se, recomendando estudos representativos um pouco por todo o país para constituir uma norma.

Palavras-chave: Variedade. Registo. Português em Angola. Norma angolana. Política linguística.

Abstract: This article is a contribution to the discussion about the future of the Portuguese language and the norm constitution in Angola. Through a questionnaire applied to 335 participants, including professors and higher education students, it was possible to verify the perception of these informants on the subject; The results show different attitudes and feelings in relation to the non-standard variety of Portuguese spoken in Angola, with a significant part of these participants considering it wrong and, therefore, should be abandoned, to the detriment of the European standard, and another considers that, despite of not corresponding to the ideal, it is on this that Angolans should base themselves for the constitution of their norm. It concludes by recommending representative studies all over the country to constitute a norm.

Keywords: Variety. Registration. Portuguese in Angola. Angolan standard. Language policy.

1 Agradecemos ao Kimavuidi Ferreira pelas anotações que fez à versão inicial deste estudo. Entretanto, é da nossa responsabilidade qualquer incorreção e/ou insuficiência que este trabalho possa apresentar.

Introdução

A ideia de uma norma angolana para o português não é recente; não é uma aspiração circunscrita aos muros da academia, discutida por um conjunto limitado de intelectuais; está também no povo – não será, em bom rigor, dele que emana? É uma aspiração coletiva, uma idealização, um sonho comuns: um elo, unindo leigos e especialistas, desde juristas, médicos, antropólogos, a professores e linguistas. Relativamente aos últimos, merecem referência particular, pelo seu enorme contributo, enquanto investigadores e, principalmente, enquanto professores e inspiração para distintas gerações de linguistas angolanos, nomes como os de Irene Guerra Marques, Agnelo Carrasco, Amélia Mingas, entre tantos outros. As suas preocupações, e de quantos os sucederam, consistindo também na necessidade de identificar, descrever e sistematizar as particularidades do português que se vem falando em Angola, visou sempre este fim: o reconhecimento de uma norma própria. Levantada, pioneiramente, por tais estudiosos, a questão mantém-se central em quem se dedica a pensar o português no contexto angolano. Juntam-se-lhe outras, de que apresentamos, para ilustração, as seguintes: A norma padrão do português angolano será, como o são todas as outras normas, uma

construção artificial, refletindo, por isso, o registo – privilegiado – de uma elite, emanará da fala popular ou, diferentemente, resultará da interface entre a elite e o povo? Poderá realmente configurar-se, tal qual se pretende, como um elo, um verdadeiro fator de unidade, de construção e de afirmação da identidade nacional?

Responder, com profundidade e rigor, a essas (e outras) questões é um exercício complexo, mas crucial, considerando que, como se sabe já, Angola é um país histórica, linguística e socioculturalmente diverso, artificialmente formado, pela adjunção de reinos e etnias que, antes e durante o período colonial, guerrearam entre si.

Embora tentadora, não foi nossa pretensão avançar dados sobre as implicações que adviriam da imposição de uma norma que refletisse o comportamento linguístico desta ou daquela região, deste ou daquele grupo. O nosso foco esteve, antes, nas diversas possibilidades que se abrem; este artigo é, portanto, um instrumento através do qual nos propusemos empreender uma reflexão em torno do futuro da língua portuguesa em Angola, e da constituição da sua norma, mais precisamente; longe de avançar soluções, pretendemos problematizar.

A Norma em Angola: Contributos Para uma Problematização

As línguas naturais não se realizam uniformemente em todos os espaços, em todos os tempos, em todos os estratos sociais; a sua realização pressupõe, portanto, diversidade, em virtude de escolhas grupais – nem sempre conscientes – condicionadas por fatores de natureza diversa, nomeadamente: históricos, geográficos, sociais, económicos, políticos, etc. Podemos, então, falar em diferentes registos – idioletos, socioletos, dialetos, variedades – através dos quais essas línguas se concretizam, havendo, neste leque de possibilidades, um registo que, dadas as razões referidas, se eleva dos demais, tornando-se, quando não o único, o registo de maior prestígio social; este registo, refletindo os usos linguísticos de uma classe, geralmente a classe socioeconómica e historicamente dominante, vem codificado e difundido em livros de referência (entre as gramáticas, dicionários e prontuários de língua) como o ideal, nesse sentido se constituindo como o modelo normativo para as produções linguísticas de toda a comunidade, i.e., a norma linguística.

Já sem o carácter grupal e/ou local, portanto, uma vez transpostos os limites espaço-temporais do grupo e/ou região a cuja origem se associa, adquire dimensão nacional,

configurando-se como um símbolo de unidade, mas também de identidade nacionais – não será também nisso que reside a distinção entre portugueses e brasileiros? Assim sendo, dominar o padrão é também uma questão de acesso à nação, de autoafirmação e inserção social do indivíduo.

Elevar um dialeto à norma é erigir um símbolo; no contexto angolano, a constituição de uma norma, independente da que vem servindo de referência até agora, é em si mesmo um empreendimento cuja complexidade nem sempre se discute com o rigor que a questão impõe; sem a esgotar, limitamo-nos a referir, muito sucintamente, um facto de cariz sócio-histórico: o território a que hoje corresponde a república de Angola foi habitado, anteriormente à chegada portuguesa, por reinos diferentes, alguns dos quais digladiando-se entre si². Outros, entretanto, apesar de aliados, conservavam as suas soberanias, para o que muito contribuiu uma língua própria – não por acaso, a definição dos limites de um grupo étnico tem na língua que fala um dos critérios-chave. Em Cipriano, encontramos um exemplo suficientemente elucidativo:

A história registou momentos de trágicos desconfortos, momentos de insuportáveis desavenças entre os povos associados angolanos. E isso constituiu um dos

2 Para uma exploração mais detalhada do assunto, ver, entre outros, Alberto Oliveira Pinto (2019).

problemas por resolver na edificação da nação a partir de raízes dos associados, tal como entendemos a teorização sobre angolanidade, na sua dimensão antropológica. (CIPRIANO, 2015, p. 266-267)

Essa diversidade e esse conflito são sobejamente conhecidos, inclusive pela classe política; não terá sido, por isso, em vão, que o discurso da proclamação da independência de Angola³, um marco para a vida sociopolítica do país, tenha sido feito em português, língua que, apesar de instrumento ao serviço da colonização portuguesa, continuava neutra, no sentido em que, não sendo pertença de nenhum dos grupos étnicos que compunham o território, menos dificilmente se prestaria à sua função mais importante: (re)conciliar e unificar, mas mantendo a diversidade.

Na década de 1980, pouquíssimos anos depois da independência nacional, Irene Guerra Marques (1985)⁴ alertava para a necessidade do reconhecimento de uma norma angolana para o português. Quase meio século depois de Marques, o discurso sobre a necessidade de uma norma angolana para o português constituiu-se num tema transversal, reunindo consenso entre leigos, políticos, profissionais de distintas áreas, mas também,

3 11 de Novembro de 1975.

4 A autora é citada em vários estudos sobre o PA como uma pioneira.

e principalmente, no meio acadêmico, entre linguistas e professores de língua, onde se estabelece como uma razão eminente para a realização de estudos de caráter descritivo. No conjunto das razões apontadas para a necessidade dessa norma, duas sobressaem: (i) o desfaseamento entre o padrão europeu e o real angolano, de que resultam questões didático-metodológicas, nisto se incluindo (ii) os índices consideráveis de insucesso no que ao ensino do português diz respeito.

Com muita frequência, lê-se e/ou ouve-se falar dessa variedade, já assumida por alguns como o português de Angola, sobre o que muito há por saber, mas sobre o que se sabe já, por exemplo, ter nas que se seguem algumas das suas marcas mais proeminentes: a próclise em início de frase, mais se aproximando, neste sentido, ao português do Brasil; o uso indiferenciado do clítico *lhe*, ora como objeto direto, ora como objeto indireto; ou, ainda, o uso deste mesmo pronome para a referência quer à segunda, quer à terceira pessoas – estes casos, referidos em Campos (2010), são também apontados por Carrasco (1988). De um ponto de vista pragmático, consideram-se marcas de particular importância: (i) a preferência por formas de tratamento nominais e, entre estas, as seguintes, cujas especificidades

podem ser lidas em Balsabore (2015): cota, brada, puto, ndengue, wi, kasuli, kanuko, parente⁵; (ii):

“Quanto à questão das fórmulas de cortesia, por exemplo, pode-se constatar que, na vertente oral da variedade em estudo, o morfema *só*⁶ não funciona apenas com valor morfossintático de advérbio ou de adjetivo, mas também e com frequência, preferência e larga abrangência diatópica, como fórmula de cortesia, por um lado, e, por outro, como conector discursivo, como partícula de realce”. (FERREIRA; OSÓRIO, 2018, p. 52)

Se nos reportarmos à morfologia: refere-se frequentemente a formação de palavras pela adjunção de afixos de origem bantu, isto quando o enriquecimento lexical não se processa por empréstimo, com mais frequência recorrendo-se a uma língua de matriz africana⁷ (LEMES, 2015).

Muito do que é hoje estudado e apresentado como itens linguísticos particularizadores dessa variedade é também entendido, inclusive entre professores de língua, como um erro. Tomemos para exemplo o que disse Mingas, importante linguista angolana, que diz tratar-se de um “Desvio à [norma]

5 A grafia das palavras está tal qual no trabalho citado.

6 Grifo do autor.

7 Para um conhecimento mais aprofundado sobre o PA, consultar alguns dos trabalhos disponíveis “Cátedra do Português”, repositório digital. Disponível em: <https://catedraportugues.uem.mz/bibliography-search/1?page=2&page=9>. Acesso em: 10 jan. 2022.

do português de Portugal, mas também um elemento definidor da norma do português angolano.”⁸. Esta é uma posição partilhada por um grande número – senão a maior parte – de professores e linguistas angolanos. Não falta, com efeito, vozes dissonantes, para cuja elucidação citamos a de José Luís Mendonça, figura angolana de relevo no domínio das letras; o poeta e romancista entende estar o português em Angola estratificado, disso resultando “duas versões” que consideramos complementares, nomeadamente, o “portungolano” e o “português oficial” – conforme a sua própria designação: “a versão popular, que eu chamo de portungolano, pode ser usada na rua, nos corredores da escola, no seio da família e no discurso literário, mas, na sala de aula, na burocracia do Estado e das empresas privadas e no noticiário da TPA⁹, é o português oficial que deve servir de veículo da comunicação¹⁰”.

Podemos, tal como Mingas e a generalidade de professores e linguistas angolanos, considerar que a norma angolana é já

8 Amélia Mingas, em entrevista concedida ao semanário Nova Gazeta, edição de 10 de Outubro de 2013, que se pode ler – parcialmente – em Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/amelia-mingas-em-entrevista-temos-de-fazer-em-angola-com-o-portugues-o-mesmo-que-o-brasil-fez/2815>. Acesso em: 10 jan. 2022.

9 Televisão Pública de Angola

10 José Luís Mendonça, em *Língua e segurança nacional em Angola*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-e-seguranca-nacional-em-angola/3488>. Acesso em: 10 jan. 2022.

uma realidade, um facto incontornável, faltando apenas o trabalho mais aprofundado, que consistiria na identificação, descrição e sistematização das suas marcas? Devemos, como Mendonça, considerar que o “português de Angola” nada mais é do que um desvio à norma europeia, cujo uso se restringe, ou deve restringir-se, aos circuitos literários e outros, onde se pratica um registo com graus mais ou menos consideráveis de informalidade, como o são a rua, os corredores de instituições públicas e privadas, os mercados informais, etc.? Ou, antes, devemos partir para uma posição mais conciliadora, a qual, fazendo-as convergir, consistiria em considerar que aquilo a que o segundo se refere como o “portungolano” é aquilo a que Mingas “antecipadamente(?)” considerou ser já a norma angolana do português? Independentemente da resposta a estas questões, é importante lembrar o seguinte: (i) um grande número dos estudos centrados no português de Angola é feito a partir de produções verbais (escritas e/ou orais) de falantes angolanos cuja aprendizagem do português se deu num contexto bilingue (bilinguismo individual ou social), sendo a língua de origem europeia a segunda; que outro grupo o aprendeu num contexto monolingué, através dos pais, que o aprenderam como língua segunda; (ii) que uma percentagem significativa da amostra desses estudos é constituída por

falantes cuja formação académica, sobretudo, é baixa ou, quando superior, linguisticamente deficitária; (iii) faltando, portanto, estudos para aferir se o tecido social mais culto da vida angolana produz os mesmos desvios; e, em caso afirmativo, em que ambientes comunicativos (formais ou informais) são produzidos, como são percecionados (aceitam-se? Incentivam-se? Repudiam-se?).

De acordo com Gonçalves (2005, p. 185), diante da ascensão de uma variedade em cada um dos países africanos de língua oficial portuguesa¹¹, é possível identificar três fases históricas por que passam as atitudes dos falantes relativamente às novas variedades locais: (i) fase em que não há nenhum reconhecimento das propriedades específicas dessa nova variedade; (ii) fase em que estas variedades são já reconhecidas, mas é sempre “uma outra pessoa que as usa”; e a (iii) fase em que se desenvolve uma controvérsia entre aqueles que defendem uma norma local e os que preferem o padrão exo-normativo adotado na antiga metrópole. Considerando tal pressuposto, pode-se dizer que Angola está, então, muito próximo de assumir uma norma, pois já há muito tempo verificamos esta controvérsia de que a autora fala.

11 A acessão de variedade propriamente dita reúne mais consenso quando se refere a Angola e Moçambique. Mas as línguas são dinâmicas e nada impede que nos demais países africanos a situação venha evoluir.

Retomando algumas das questões previamente colocadas: (i) nem tudo o que se descreve e apresenta hoje como marca do PA integrará a norma; nem seria possível; neste sentido, urge perguntarmo-nos; (ii) que desvios se aceitarão como particularidades identitárias, passando a integrar a norma angolana do português? Havendo divergência mais ou menos significativa entre a classe culta e o povo, as que vão desde a cultura à língua, entre as distintas regiões do país, a partir de que dados, considerando a região e a origem socioeconómica dos falantes, se constituirá a norma angolana? Poderemos realmente ter em Angola um Presidente da República ou um presidente da Academia Angolana de Letras a dizer “Se panquei”¹²?

Metodologia

O presente estudo assume um paradigma qualitativo do tipo transversal, uma vez que penetramos no mundo dos participantes para saber a sua perceção sobre a variedade do português em Angola e a possível constituição de uma norma, tentando, portanto, compreender questões linguísticas a partir do seu ponto de vista. Contou com 335 informantes, entre estudantes e professores do ensino superior de várias

12 Frase que, no “portungolano”, corresponde a “Panquei-me.”.

especialidades, uma amostra conveniente que foi escolhida tendo como único critério o facto de estarem a frequentar ou a lecionar numa universidade.

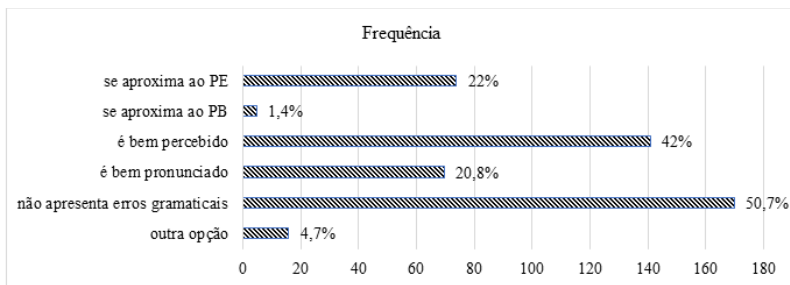
Motivados pela problemática relacionada com as diferentes atitudes em relação à angolana, e partindo da conjectura segundo a qual os participantes possuem opiniões diversas sobre o assunto, tencionávamos analisar a percepção dos informantes sobre a possível constituição de uma norma para Angola. Para o efeito, aplicamos um inquérito por questionário¹³, através do *Google Forms*, constituído por seis questões: quatro sobre a avaliação qualitativa da variedade e três sobre o futuro da língua, isto é, os dialetos e registos que poderiam ser considerados modelos em conta numa possível normatização. O questionário foi distribuído e preenchido no prazo de uma semana.

Resultados e discussão

Questão 1: Considero que o “melhor português” é aquele que:

13 Saliente-se que algumas questões apresentadas podem, para um leitor mais radical, parecer linguisticamente problemáticas, considerando que, deste ponto de vista, se desaconselham análises qualitativas sobre dialetos e registos. Entretanto, a nossa intenção foi exclusivamente de aferir as concepções e atitudes dos participantes sobre a constituição de uma possível norma para Angola.

Gráfico 1 – “Melhor português” de acordo com os participantes



Conforme os dados deste primeiro gráfico, “o melhor português” é aquele que não apresenta erros gramaticais (50,7%), que é bem percebido (42%), que se aproxima ao PE (22%) e que é bem pronunciado (20,8%)¹⁴.

Considerando as duas únicas normas reconhecidas¹⁵, não deixa de ser curioso que, apesar de uma grande exposição ao PB, através dos média, onde os brasileiros se sobrepõem significativamente aos portugueses, se continue a ver naquele que se aproxima ao modelo europeu da norma o “melhor português”, ao contrário, e com uma diferença expressiva do PB (22% e 1,4%, respetivamente). Por outro lado, há entre os participantes, aqueles que centram a sua atenção na função primordial da língua – a comunicação –, sendo que, para estes, o importante é que o português seja perceptível (42%).

14 Nos casos em que os participantes tiveram a possibilidade de selecionar mais de uma resposta, a soma do total de percentagens ultrapassará 100.

15 Norma do Português de Portugal e Norma do Português do Brasil.

Tendo em que a idade e a área de formação podem ser variáveis importantes para analisar as repostas acima, realizamos uma descrição de referência cruzada e obtivemos a tabela 1:

Tabela 1 – “Melhor português” considerando as variáveis idade e área de formação

Respostas	Idade		Área de formação	
	18 a 35 anos (304) ¹	36 a 60 anos (31)	Letras (69)	Outros (266)
... se aproxima ao PE.	14%	96,7%	17,3%	23,3%
... bem percebido.	43%	32,3%	68,1%	35,3%
... não apresenta erros gramaticais.	47%	87%	15,9%	59,7%
... bem pronunciado.	22,3%	0,6%	4,3%	25,2%

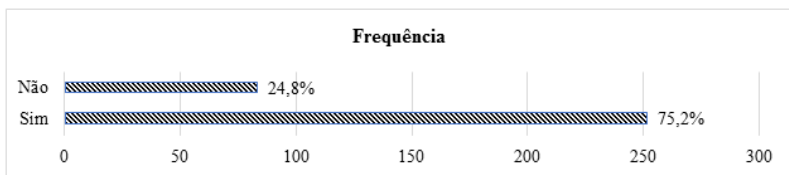
Correlacionando as respostas codificadas no gráfico 1 com a variável idade, verificamos que, enquanto os participantes entre os 18 e 35 anos apontam a boa percepção (43%) e a boa pronúncia (47%) como condições essenciais para a avaliação qualitativa da língua, os que se encontram entre os 36 e 60 anos consideram principalmente a aproximação ao PE (96,7%) e a ausência de erros gramaticais (87%). Podemos depreender daqui duas posições antagónicas: por um lado, os mais velhos, que, optando pelo modelo europeu, manifestam

um certo conservadorismo; por outro lado, os jovens, que preferem a boa pronúncia e a boa expressão, preterindo, portanto, o modelo europeu. Estará, neste sentido, a ocorrer um processo de rotura. Porém, isto pode não ser conclusivo, na medida em que, considerando os gráficos 5 e 6, os participantes demonstraram certo ceticismo em relação à eleição de um dialeto e de um grupo socioprofissional locais para efeitos de constituição da norma.

Correlacionando a variável área de formação, os participantes ligados às letras apontam, sobretudo, para a boa perceção (68,1%) como critério de avaliação qualitativa da língua, sendo que o outro grupo, constituído por participantes de outras áreas de formação, aponta para a aproximação ao PE (23,3%), a ausência de erros gramaticais (59,7%) e a boa pronúncia (25,2%). A opção indicada pelos participantes com ligação às letras talvez se justifique pelo conhecimento que de que não existem boas ou más formas de se falar uma língua e, por conseguinte, valorizarem a questão da comunicação.

Questão 2: De acordo com a sua experiência comunicativa, considera que em algumas províncias de Angola se fala “melhor” o português do que em outras?

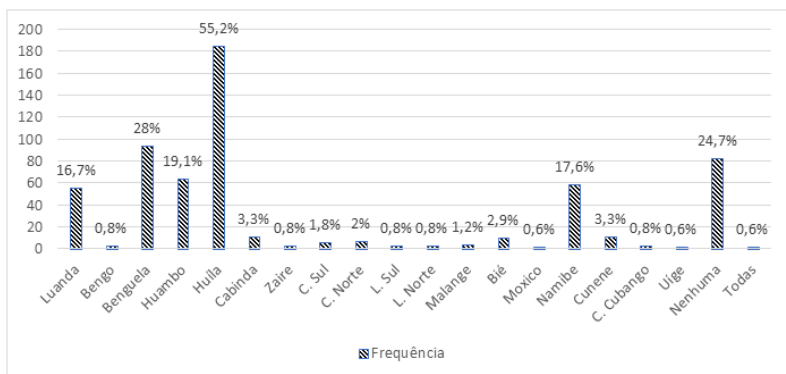
Gráfico 2 – noção sobre o “melhor” português em Angola



Os dados no Gráfico 2 ilustram que 75,2% dos participantes consideram haver, em Angola, províncias em que “melhor” se fala o português. Entretanto, 24,8% pensa o contrário. Trata-se de uma diferença interessante no sentido em que revela a percepção do fenómeno da variação linguística interna.

Questão 3: Em que províncias de Angola acha que se fala o “melhor português”?

Gráfico 3 – Província em que se fala o “melhor português



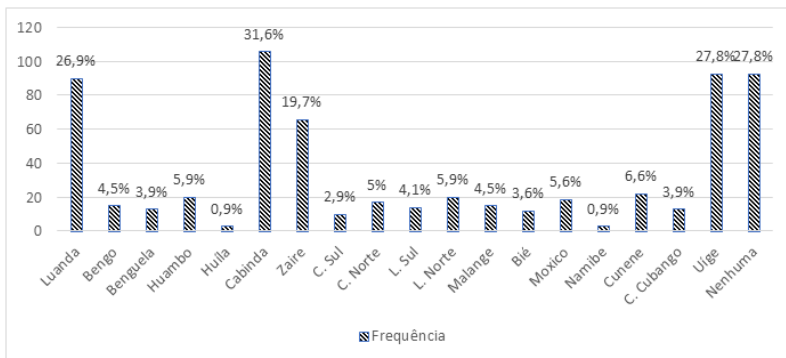
As províncias da Huíla (55,2%), de Benguela (28%), Huambo (19,1%), Namibe (17,6%) e Luanda (16,7%) destacam-se como aquelas em que, por escolha dos participantes, se

fala “melhor” o português. Destaca-se no gráfico acima a percentagem de participantes que considera não se falar em nenhuma província o “melhor português”. Considerando os dados no Gráfico 1, e as respostas destes últimos, pode-se depreender que não se fala português sem erros gramaticais, que se aproxime ao PE ou que seja bem pronunciado.

Em relação às províncias em que, de acordo com os participantes, se fala o “melhor português”, impõem-se algumas considerações: (i) salta-nos à vista o facto de Luanda, capital do país, detentora da maior densidade demográfica e com maior número de instituições académicas, com particular destaque para as universidades, administrativas, políticas e económicas, aparecer no quinto lugar entre as escolhas dos participantes; (ii) as províncias melhor classificadas, excetuando-se o Namibe – que se localiza não muito distante da Huíla –, são aquelas em que se localizam as instituições universitárias mais antigas do país, o que, resultando em níveis culturais mais elevados, pode explicar os bons níveis de proficiência linguística; (iii) os questionários foram preenchidos por participantes de distintas províncias; entretanto, a maior parte destes reside na província da Huíla, o que pode ter influenciado na seleção desta como aquela em que se fala o “melhor português”.

Questão 4: Em que províncias de Angola acha que se fala o “pior português”?

Gráfico 4 – Província em que se fala o “pior português”



Apesar de o questionário conter a opção “nenhuma”, o maior número de participantes decidiu selecionar uma das províncias para a indicar como aquela em que se fala o “pior” português.

As províncias de Cabinda (31,6%), do Uíge (27%), de Luanda (26,9%) e do Zaire (19,7%) são apontadas como aquelas em que se fala o “pior português”. Ressalte-se o caso de Luanda que, tendo figurado entre as províncias em que se fala o “melhor português” (ver gráfico 3), reaparece aqui, como uma em que se fala o “pior português” e com uma percentagem significativamente elevada (26,9%).

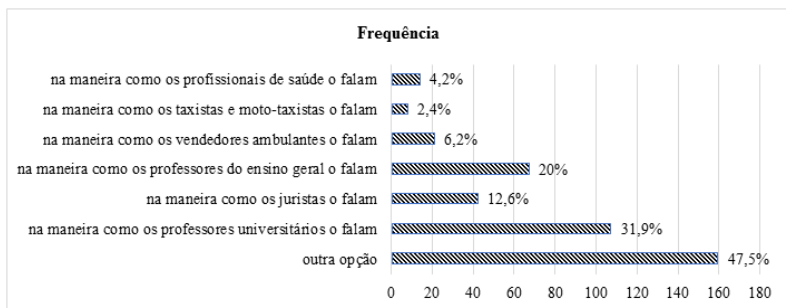
Esta percentagem, 26,9%, vai, na verdade, ao encontro da indicada na questão número 3; ou seja, apesar de a província

de Luanda ter sido selecionada como uma das províncias em que “melhor” se fala o português, os dados aí obtidos não vão para lá dos 17%; e não sendo, portanto, tão expressivos, é razoável que, numa questão oposta àquela, o resultado sobre a classificação “pior” tendesse a ser considerável.

Esses dados são interessantes para o caso que se discute neste artigo – a constituição de uma norma –, pois, do ponto de vista dos falantes, seria inapropriado erigir uma norma a partir de um modelo com o qual não se identificam.

Questão 5: Um dia, Angola terá uma gramática própria para o português. Considera que esta gramática deve inspirar-se:

Gráfico 5 – Grupo socioprofissional cujo registo deve inspirar uma possível gramática do português



Tal como ilustrado acima, o registo em que falam os professores, quer universitários (31,9%), quer do ensino geral¹⁶ (20%), e os juristas (12,6%) foram apontados pelos

16 O ensino geral em Angola equivale subsistema de ensino não universitário.

participantes como os principais, isto é, os modelos a serem tidos em conta para uma possível constituição da norma do português em Angola.

Uma grande parte dos participantes (47,5%) não encontra nas opções apresentadas um possível modelo para a constituição de uma norma no país; entretanto, apesar de o questionário ter apresentado a possibilidade, não refere em que grupo socioprofissional se deveria inspirar para tal propósito. Em virtude disso, não nos é possível perceber se é ou não defensora de uma norma angolana inspirada no modelo europeu.

Uma segunda possibilidade de interpretação da correspondência entre 47,5% e o indicador “outra opção” é aquela segundo a qual, do ponto de vista dos inquiridos, ou de alguns desses, o estabelecimento de uma possível gramática do português de Angola não pode ter como modelo apenas o registo culto, o dos professores e juristas; mas também o registo popular, onde se podem enquadrar taxistas, vendedeiras ambulantes e outros, pois é deste último registo que emergem muitas das marcas que distinguem o português de Angola do de Portugal.

Uma descrição de referência cruzada com as variáveis idade e área de formação, obtivemos a tabela 2:

Tabela 2 – Dialeto que deve inspirar uma possível gramática do português

Respostas	Idade		Área de formação	
	18 a 35 anos (304)	36 a 60 anos (31)	Letras (69)	Outros (266)
... juristas	6,3%	74,2%	1,4%	15,4%
... professores universitários.	27,3%	77,4%	27,5%	33,1%
... professores do ensino geral.	19,8%	22,6%	8,7%	22,9%

Considerando a variável idade, a tabela acima ilustra que os mais velhos apontam, sobretudo, a maneira de falar dos juristas (74,2%) e dos professores universitários (77,4%) como sendo as que devem inspirar uma norma para o português angolano e, por outro lado, entre os participantes jovens as percentagens significativas apontam também para à maneira de falar dos professores universitário (33,1%) e do ensino geral (22,9%).

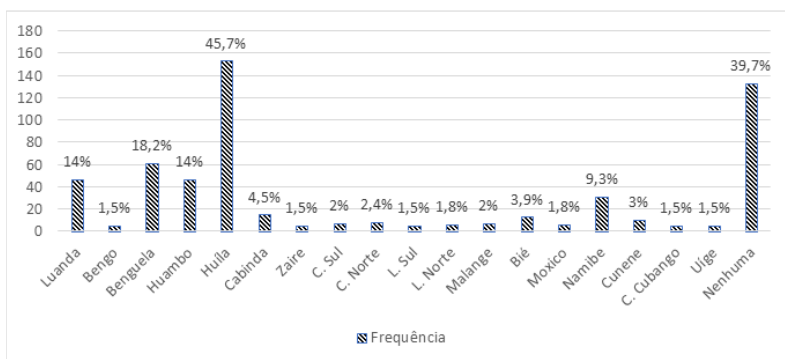
Em relação à variável área de formação, os participantes ligados às letras apontam principalmente para a maneira como os professores universitários utilizam a língua (27,5%) como sendo a que deve inspirar uma possível norma e, apesar de os de outros cursos apontarem significativamente para o mesmo grupo socioprofissional (33,1%), não descartam a possibilidade de uma gramática inspirar-se no registo dos

juristas (15,5%) e dos professores do ensino geral (22,9%).

Apesar do ceticismo revelado, o grupo dos professores universitários reúne um certo consenso, quando se considera a necessidade de se eleger um grupo socioprofissional cujo registo devesse inspirar a constituição da norma.

Questão 6: Um dia, Angola terá uma gramática própria para o português. Considera que esta gramática deve inspirar-se na maneira como o falam:

Gráfico 6 – Inspirações para uma possível gramática do português



Os participantes encontram nas províncias da Huíla (45,7%), de Benguela (18,2%), do Huambo (14%), de Luanda (14%) e do Namibe (9,3%) os territórios cujos falantes serviriam de modelos linguísticos para a constituição de numa norma angolana. Estes dados contrastam com o número expressivo de participantes (39,7%) que considera não haver qualquer província cujo dialeto justifique a sua eleição como modelo.

Comparando os dados deste, com os do gráfico 3, é possível perceber que as informações apontam para as mesmas províncias como tendo o “melhor registo” e que devem, por isso, servir de modelo.

Um número significativo de participantes (39,7%) optou por não selecionar uma província; há duas possibilidades de interpretação desse dado: a seleção de um dialeto é entendida como um facto que perigando a unidade nacional, deve ser evitado. Não há em Angola uma província onde se fale um português cujo grau de correção se deva adotar como modelo.

Considerações finais

O presente artigo, de natureza exploratória, visou abordar o futuro de uma norma angolana para o português, iniciando uma discussão sobre o fenómeno. Para o efeito, foi elaborado um questionário de seis questões, através das quais se podem vislumbrar as conceções dos falantes a respeito do que e como pode vir a ser essa norma. Os participantes demonstraram ter uma opinião formada sobre o que consideram ser o “melhor” e o “pior” português, que classe socioprofissional os usa e, finalmente, em que dialetos se deverá basear a norma angolana.

Para o “melhor” português, são três os principais critérios apontados: realização isenta de erros gramaticais (50,7%),

boa pronúncia (42%) e aproximação ao PE (22%). Portanto, quanto menos erros comete um falante, melhor será o registo em que fala. Um número significativo (42%) considera a boa percepção como o critério mais relevante, podendo-se depreender disso a valorização da primeira e mais importante função de uma língua natural, a comunicativa; para tal, foram determinantes os 68% dos estudantes de letras que assim entendem, comparativamente aos dados percentuais relativos aos estudantes de outras áreas. Entre os participantes adultos (36 a 60 anos), é expressiva a percentagem (96,7%) dos que apontam como o critério mais relevante a aproximação ao PE. Entre os jovens, 43% considera, para o mesmo efeito, a necessidade de se falar num registo isento de erros gramaticais.

Da correlação entre o português e a qualidade do seu uso nas distintas províncias: 72% considera falar-se em certas províncias um “melhor” português do que noutras – Huíla (55,2%), Benguela (28%) e Huambo (19,1%) ocupam os três primeiros lugares; Luanda, centro do poder político, administrativo e financeiro, situa-se no quarto lugar da tabela, com (16,7%) das escolhas.

Embora o questionário tivesse dado a possibilidade de não escolher qualquer província, o maior número de participantes decidiu apontar pelo menos uma; de acordo

com os dados obtidos, é em Cabinda (31,67%) que se fala “pior” o português; Luanda (26%), que, tendo-se situado em quarto, entre aquelas em que se fala o “melhor português”, aparece em terceiro neste quesito, depois do Uíge (27%) e seguido da província Zaire (19,7%).

Sobre os falantes e as províncias modelo, 47,5% dos participantes selecionou “outra opção”, ao contrário das classes socioprofissionais apresentadas no questionário: os professores universitários (31,9%) constituem a classe mais vezes apontada, ao que se seguiram os professores do ensino geral (20%) e os juristas (12,6%); isto pode apontar para o seguinte: a constituição da norma angolana para o português deverá basear-se, principalmente no registo em que falam estas classes, entendidas como os modelos locais do bom uso da língua. Atentando para a localização geográfica dos falantes considerados modelos, a Huíla (45,7%) ocupa o lugar cimeiro, a seguir à qual se situam Benguela (18,2), Huambo (14%), Luanda (14%). Um número significativo (39,7%), muito próximo dos valores percentuais relativos à Huíla, selecionou a opção “nenhuma”, (i) e, considera não se dever tomar uma província por modelo.

Considerando, assim, os dados relativos aos falantes e às províncias modelo, é possível concluir: (i) a eleição de um dialeto em que deverão basear-se os angolanos para a constituição da norma é entendida como um facto que,

perigando a unidade nacional, deve ser evitado; (ii) não há em Angola uma província onde se fale um português cujo grau de correção se deva adotar como o modelo para a constituição da norma; apesar de a Huíla ser apontada por 45,7% dos participantes, esta percentagem situa-se abaixo de 50%.

A amostra, que não é representativa, não nos permite senão traçar tendências; para generalizações, entendemos serem necessários outros estudos, que poderão considerar a necessidade de formação uma amostra mais alargada, constituída por um número equitativo de participantes situados e/ou oriundos de diversas províncias de Angola.

Referências

- BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. *Brasil, Moçambique e Angola: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa)- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.
- CAMPOS, Ednalvo Apóstolo. Notas sobre a expressão do objeto indireto no português angolano. In: MARÇALO, Maria João; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; ESTEVES, Elisa; FONSECA, Maria do Céu; GONÇALVES, Olga; VILELA, Ana Luísa; SILVA, Ana Alexandra (Orgs.). *Língua portuguesa: Ultrapassar Fronteiras, Juntar Culturas*. Universidade de Évora, p. 34-49, 2010.
- CARRASCO, Agnelo. *Subsídios para o estabelecimento da norma do português em Angola*. Trabalho de licenciatura. Huíla: ISCED da Huíla, 1988.
- CIPRIANO, Patrício Batsíkama Mampuya. *Nação, Nacionalidade e Nacionalismo em Angola*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

FERREIRA, Kimavuidi; OSÓRIO, Paulo. Ambivalência semântica do morfema gramatical “só” na variedade angolana do português. In: OSÓRIO, Paulo; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Da constituição histórica do português ao seu ensino. Estudos de Linguística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Dialogarts, p. 37-53, 2018.

GONÇALVES, Perpétua. O português de Moçambique: Problemas e limites da padronização de uma variedade não-nativa. In: SINNER, Carsten (Orgs.). *Norm und Normkonflikte in der Romania*. Munich: Peniopol, p. 184-196, 2005.

LEMES, Cinthia Aparecida. *A língua portuguesa de angola: descrição dos processos de formação de palavras com base em textos literários*. 2015. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015.

MARQUES, Irene Guerra. Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. *Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: ICELP, p. 205-223, 1983.

PINTO, Alberto Oliveiro. *História de Angola de Angola: da pré-história ao início do século XXI*. 3. ed. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2019.

Bernardino Valente Calossa

Doutorando em Linguística do Português na FLUC

Mestre em Português Língua não Materna pela U. Minho, em 2019

Docente no Instituto Politécnico de Ondjiva da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola.

E-mail: dino.calossa@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-6191-8630>

Queneth José Pires António

Doutorando em Ciências da Linguagem na FLUP

Mestre em Estudos Lusófonos pela UBI

Docente no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, Angola

E-mail: kennethpireske@hotmail.com

(Footnotes)

1 Nº de participantes que integram este grupo.